

## **TEXTO SUGERIDO PELA COORDENADORA ROSÂNGELA**

- **Entregue em plenária**

### **As mulheres enquanto sujeito político por Alessandra Terribili**

Nunca, na história da humanidade, os direitos conquistados por um determinado setor oprimido da sociedade vieram de presente, ou caíram do céu como concessão do dominador ao dominado. E caso fosse assim, haveria uma deturpação determinante no que se refere ao reconhecimento de todos e todas como sujeitos políticos capazes de protagonizar a própria história. É necessária a consciência de que igualdade, liberdade não são concessões. São direitos. Se forem concessões, assim como vêm, vão. Em direitos conquistados não se mexe. E principalmente, não se mexe no direito que todos e todas temos de buscar transformações e de nos organizarmos autonomamente para isso.

A superação das mais variadas modalidades de opressão não depende de concessões, de revoluções das subjetividades, de tentativas de sensibilização do dominador. Conquistar a emancipação passa por muita luta e organização política, e isso pressupõe identidade coletiva. Reforçar o que há de comum entre nós, verificar coletivamente os passos a cumprir rumo ao objetivo que nos colocamos. É isso que fazemos no movimento estudantil, reunindo jovens identificados pela condição de estudantes, que se organizam sob bandeiras comuns a fim de combater uma situação adversa comum.

### **Relações de gênero e relações de poder**

E no caso das mulheres? Há muito tempo, os movimentos de mulheres perceberam a necessidade de garantir a existência de espaços de auto-organização, nos quais a presença exclusiva de mulheres garante o debate e o planejamento pautado por experiências e caracterizações que todas compartilhamos por sofrermos na pele essa opressão. Afinal, apenas uma mulher pode dizer o que é ser mulher; e é partir daí que se pode identificar nossa luta.

Esses espaços são fundamentais na construção de uma identidade coletiva que, ao fim e ao cabo, organiza uma luta comum, com consequências no plano da política, não no plano dos elementos particulares. Quem melhor dissertaria sobre a opressão sofrida pelas mulheres se não uma mulher? Obedecendo à mesma lógica, quem melhor definiria qual a política que contempla as demandas específicas das mulheres se não uma mulher? Por que, então, alguns

companheiros questionam a existência de espaços de organização, nos quais as mulheres discutam sua própria situação e organizem sua própria luta para buscar a sociedade igualitária que defendemos?

Além disso, há que se reafirmar que relações de gênero são relações de poder. E quando falamos em poder, não nos restringimos ao exercício do poder na esfera da política, onde facilmente verificamos a predominância de homens e uma menor participação das mulheres. Relações de poder são cotidianas também, e orientam relações sociais as mais diversas, que colocam as mulheres em situação de subjugação. Em se compreendendo isso e, lembrando aquela lei da física que afirma que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço, na medida em que as mulheres conquistam poder, os homens o perdem.

Numa sociedade como a que vivemos cujos principais valores são competição e consumo, cada qual pretende garantir seu próprio espaço, utilizando-se, para isso, da reafirmação de todas as formas de discriminação, controle social e valores que o favorecem, não necessariamente de maneira consciente. Bem ou mal, quem é beneficiado pela exclusão das mulheres de determinados espaços são os homens.

Vale afirmar, portanto, que os companheiros, muitas vezes, inibem a intervenção das companheiras, inclusive quando discutem gênero. É preciso garantir espaços em que as companheiras sejam estimuladas a serem agentes da história, onde possam encontrar referências para a luta feminista, o que faz dos espaços de auto-organização, inclusive, momentos de formação política.

### **Sujeitos políticos coletivos**

A necessidade de espaços de auto-organização das mulheres é latente. É preciso compreender o feminismo como um movimento questionador de todo um sistema que se legitima e se reafirma na reprodução desses valores de subjugação. É assim, assumindo-se que as mulheres têm de conquistar sua emancipação, e essa luta é casada com a necessidade de se construir outra sociedade, torna-se ainda mais importante instrumentalizar as companheiras para isso.

É preciso gerar uma identidade política coletiva das mulheres, porque é o que as unifica e as coloca em movimento. Os espaços de auto-organização garantem debate e planejamento com base em experiências e impressões que todas compartilham porque sofrem na pele essa opressão. Apenas as mulheres podem dizer o que é ser mulher, do que elas precisam, como vêem o mundo, para, a partir daí, saberem identificar sua disputa. As conquistas não são concessões. São conquistas. Embora seja fundamental contar com a solidariedade e a colaboração dos companheiros nessa luta há que se

compreender que se devem preservar os espaços das mulheres pensarem e se organizarem para uma luta que é, em primeiro lugar, delas.

A discussão de gênero não pode ter o objetivo, meramente, de correção de atitudes, ou de transformação de comportamentos particulares. Somos feministas, fazemos política e entendemos o movimento de mulheres como um movimento social porque queremos ir muito para além, queremos interferir na vida das mulheres e na opressão que sofrem cotidianamente através de ações políticas que nos permitam essa capilaridade. Queremos transformações estruturais na sociedade moderna, que nos permitam viver livres de toda forma de subjugação de um ser humano por outro.

Conquistas não vêm por decreto. Muito menos por favor. Não precisamos convencer os homens a deixarem de oprimir as mulheres, porque compreendemos a sociedade como algo um pouco mais complexo que isso e, conhecemos nossa potencialidade de protagonistas da nossa própria história.

Paulo Freire dizia que a emancipação de um setor oprimido somente virá por obra desse mesmo setor oprimido. É isso que buscamos com os espaços de auto-organização: autonomia. Relações de gênero são sim relações de poder, e as mulheres não buscam inverter a seta da opressão. Buscam uma sociedade igualitária. E para essa busca, os espaços de cada um devem ser respeitados. Quem transforma a história são sujeitos políticos coletivos, que sabem quem são, por que lutam e onde querem chegar. A libertação das mulheres passa, sem dúvida, por aí.